

Seminário FESPSP “Cidades conectadas: os desafios sociais na era das redes”

17 a 20 de outubro de 2016

GT 4 - Ciberpolítica e Cibercultura

A Amoaluz na senda das redes da indignação. Periferia/Centro na metrópole de São Paulo. Ana Carolina Lirani Mazarini. Unesp- Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – Câmpus de Marília.¹

Resumo: Através de uma rede de associativismo civil, atores formaram uma associação intitulada Amoaluz, no centro da capital paulista, com o intuito de confrontar o poder público e estabelecer resistências políticas ao projeto Nova Luz. Seguindo a tendência contemporânea de mobilização política, esse modelo de associativismo civil que se estrutura na comunicação e cooperação entre atores sociais caminha na direção da criação, como colocado pelo sociólogo Manuel Castell, de uma cultura da autonomia que juntamente com os novos meios de comunicação criam um protagonismo político e uma estrutura política democrática mais deliberativa, porém esbarra em obstáculos e desafios proporcionados pela conjuntura social presente nas sociedades atuais.

Palavras-chaves: Associativismo civil; Ação coletiva; Movimentos Sociais Urbanos.

O projeto Nova Luz

O Projeto Nova Luz, surge com os variados discursos dos agentes do poder público juntamente com os agentes privados da necessidade de combater a degradação da região central da cidade, seja para proteger seus valores patrimoniais e históricos advindo de seus prédios e monumentos, seja para sanar “a desordem e o caos urbano presentes na região”.

Ao se estudar o projeto mais a fundo, o que identificamos é a idealização de um desenho urbano pensado e planejado a partir da organização das atividades

¹ Graduada em Ciências Sociais e mestranda do programa de Pós-graduação em Ciências Sociais.

lucrativas, otimizando seus usos, sendo projetada a partir das relações de custos-benefícios, deixando de lado o sentido mais humano das cidades, em que os espaços de realização da vida cotidiana, são transformados em espaço de circulação e mercadoria.

Na região da Luz esse fenômeno se consolida por intermédio da aliança entre Estado e setores econômicos privados, pelo instrumento da Concessão Urbanística.

Assim, surge em 2005, durante a gestão do prefeito José Serra, o projeto de renovação do centro de São Paulo, intitulado Nova Luz.

A primeira versão do projeto tinha como perímetro delimitado uma área entre as avenidas Rio Branco e a Cásper Libero. Onze quadras seriam totalmente desapropriadas e outras duas seriam parcialmente para a constituição de um grande espaço para a construção de equipamentos urbanos, uma proposta que visava a qualificação dos espaços públicos ao longo das principais vias. Em resumo, a primeira versão do projeto NovaLuz tinha na iniciativa privada um fundamental agente de transformação da região central de São Paulo.

Em agosto de 2011, foi apresentada uma nova versão do projeto, mais consolidado e mais detalhado do que sua primeira versão. A justificativa apresentada na introdução do projeto NovaLuz apresenta dados que nos mostram um periférico crescimento descontrolado que os levou a repensar as formas de se intervir na cidade. Mais uma vez acentua que o projeto vem como ações do poder público para requalificar o centro paulistano incentivando seus usos residenciais e comerciais.

Com o corpo do projeto finalizado, os objetivos do projeto foram assim definidos:²

O Projeto Nova Luz busca assim, requalificar este trecho da região central da cidade de São Paulo elevando a qualidade do ambiente urbano, com o objetivo de ampliar o uso residencial oferecendo mecanismos que possibilitem a permanência dos atuais residentes e atraindo novos moradores, consolidar as atividades comerciais existentes, em especial os eixos de comércio especializado e atrair novos negócios e atividades econômicas.

² PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO. Projeto Nova Luz - Outubro de 2012, p. 3.

Tal iniciativa apresenta três diretrizes principais: viabilização de espaços públicos, atrair novos moradores e empregos a área central e implantar programas desejados para o perímetro. Fica explícita a necessidade de se demolir edificações para a construção de novas voltadas para os objetivos acima citados. Um projeto de renovação urbana que promete tornar a região da Luz em um bolsão de luxo, bem no meio de São Paulo.

A área demarcada por essa última versão do projeto encontrasse em sua maioria dentro de uma demarcação de Zeis, zona de interesse social voltado para a aplicação de habitações de Interesse Social e Habitação de mercado popular, com 11 quadras e 221 imóveis.

Segundo pesquisas realizadas pelo consórcio Nova Luz, na área que abrange o projeto residem cerca 12.000 pessoas, uma densidade demográfica de 220,6 pessoas por hectare, número elevado para os padrões da região central. Estimou-se a existência de 7,1 mil habitações ou domicílios na região, sendo que quase 40% estão inabitáveis.

Com relação aos moradores, estimou-se que 70% moram no bairro a mais de 2 anos, sendo que dessa proporção 45% são residentes a mais de 10 anos, demonstrando o acentuado vínculo desses moradores com a região.

Já nos dados voltados para as características econômicas da região, observou-se a predominância do setor terciário, com atividades voltadas para o comércio e prestação de serviços. Com destaques para as ruas da região da Santa Efigênia em que o comércio voltado para setor de tecnologia e serviços de manutenção de aparelhos e veículos, trazem para a região uma grande circulação populacional e de mercado.

Apesar dos dados acima demonstrarem a importância econômica e o alto densamente populacional, o projeto Nova Luz foi desde o início de seu planejamento justificado pela necessidade de se eliminar um espaço intitulado “Cracôlandia”.

Nome esse que se refere a uma região delimitada, mas que afeta toda a população que circula pelo centro da cidade. Em reportagem realizada pela Folha de São Paulo, destacou-se que “ a região central de São Paulo ganhou esse apelido no

início da década de 90, quando o crack- subproduto da cocaína- se tornou uma droga da moda entre as classes C e D na cidade.”³

Durante os avanços das discussões em torno do projeto Nova Luz, as ações repressivas por parte do estado se intensificaram na região, policias civis e militares laçavam a todo momento “operações Limpezas” visando erradicar o tráfico de drogas na região da “cracolândia”. Concomitantemente, o então prefeito Gilberto Kassab em sabatinada realizada pelo jornal folha de São Paulo, declarou que “ a cracolândia não existe mais. Agora é Nova Luz. Ela é realidade”.

Outro aspecto de extrema importância na análise do projeto é que o Nova Luz é fruto de uma lei urbanística, chamada Lei da Concessão Urbana, aprovada em 2009⁴ pela câmara municipal. Em resumo, uma lei que dá ao poder privado, em parceria com o poder público, o poder de desapropriar qualquer região com o intuito de renova-la.

A proposta desse projeto de renovação procura atrair outro tipo de população e investimento para o bairro, criando estratégias espaciais para afastar seus atuais usuários e as camadas de menor poder aquisitivo que ali residem.

Por se tratar de uma área com uma população de mais de 20 mil habitantes, o processo de elaboração e implementação do projeto sofreu muita resistência por parte dos moradores do bairro. Eles querem diálogos e participações na elaboração do projeto.

Usando dos meios jurídicos a pressão social conquistou uma vitória importante. Na segunda quinzena de janeiro de 2013, o Poder Judiciário suspendeu o projeto Nova Luz e determinou a reelaboração de várias de suas etapas, sob pena de multa diária. Na decisão emitida pela justiça questionou-se a participação da sociedade civil no planejamento do projeto.

As principais teses acolhidas pelo Poder Judiciário versavam sobre o atraso da formação dos conselhos gestores populares, conquistado através da pressão

³ “ Saiba por que a região central de São Paulo é chamada de cracolândia “ (FELTRAN, Ricardo. Folha de São Paulo, Caderno Cotidiano, Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/>).

⁴ Lei 14.918, de 7 de Maio de 2009, Lei de Concessão Urbanística.

popular, como também a falta de propostas dentro do projeto que asseguravam a permanência da população já residente do bairro.

Diante da decisão determinada pela justiça o então novo prefeito eleito Fernando Haddad decidiu abandonar essa última versão do projeto, que fora desenvolvido pelo Consórcio Nova Luz a pedido da administração anterior. Alegando que o projeto até então não se apresentava como adequado para o perfil socioeconômico da região, decidiu repensar o projeto de requalificação da área, porém sem descartar a colaboração da iniciativa privada.

Assim, que para a região seria adotado o modelo de Parceria Público Privada (PPP), onde ficaria para a iniciativa privada a função de apresentar propostas que contemplasse o uso misto das edificações, com uso comerciais nos andares baixos e térreos e os demais para o uso de moradias populares.

Visto que não existe a possibilidade de colaboração da iniciativa privada em projeto de requalificação sem o interesse na obtenção de lucros, em razão das lógicas dos mercados imobiliários, é dever da sociedade acompanhar o desenrolar desses tipos de ações do poder público na busca de conquistar um novo modelo de requalificação urbana a ser empregada no centro de São Paulo buscando evitar abusos de poder econômico e preservando os direitos das populações atingidas.

Associação Amoaluz

Ao adentrar a área central da cidade de São Paulo, nos deparamos com uma grande gama de moradores, ruas de grande comércio e de grande relevância política nas questões voltadas as demandas urbanas com várias associações de moradores, de moradores em situação de rua, moradores de ocupações e comerciantes. Assim, o bairro vivencia as tensões de um projeto de requalificação urbana que pretende criar um “novo bairro”, sem priorizar a diversificação de moradores, trabalhadores e comerciantes da região, que já nas primeiras entrevistas se colocam como exemplos dessa diversidade de atores sociais.

Aqui, na região da Luz, reside uma gama de moradores muito grande, existe uma diversidade de moradia. Segundo a prefeitura, nós somos 11.600 moradores, mas eu acredito que tenha mais, porque as ocupações e os cortiços não foram contados e não estão na lista. A diversidade de moradia precisa ser contada, olhada e respeitada. A gente tem também, uma diversidade cultural muito grande. Sou filha de

imigrantes, meu pai é argentino, e este é outro perfil de morador da região.⁵
P.R Moradora do Bairro da Luz

Em minhas primeiras inserções ao bairro, foi possível dialogar com moradores, porteiros e comerciantes que estavam nas ruas. Todos relataram que jamais tiveram qualquer contato da prefeitura para esclarecimento e diálogo sobre o projeto Nova Luz. As informações vinham pelos jornais e televisão, ao mesmo tempo em que quarteirões inteiros eram demolidos.

Essa falta de diálogo da prefeitura para com os moradores e comerciantes, fez com que um pequeno grupo de moradores passa-se a se mobilizar, construindo dentro do bairro pequenas ações de intervenções nas ruas dos bairros, para alertar a toda região os reais objetivos do projeto Nova Luz e suas consequências para os moradores e comerciantes locais. Com um megafone e distribuindo panfletos, iam às ruas do bairro convocando os moradores para a criação de reuniões abertas no intuito de se criar diálogo e mobilização entres a comunidade da região central da cidade.

Essas mobilizações em um primeiro momento foram organizadas e realizadas por duas jornalistas, moradoras do bairro, Paula Ribas e Camila Oliveira. A tática do microfone, trouxe um efeito, um pequeno número de moradores começou a se reunir em um salão situado em cima de uma padaria da região, padaria Aurora, que se intercalava com outros espaços dentro do bairro, dependendo do número de participantes. O objetivo dessas primeiras reuniões era o de debater o projeto Nova Luz, como também, se preparar politicamente para as audiências públicas que começaram a ocorrer no bairro, como parte do processo de implementação do Nova Luz.

Com o decorrer do número de pessoas interessadas nas reuniões e principalmente com a participação nas audiências públicas, o pequeno grupo viu a necessidade política e jurídica de se fundar a associação Amoaluz, associação de moradores e amigos da Santa Efigênia e da Luz. Composto por um pequeno grupo de pessoas, composto por moradores, comerciantes e representante de movimentos sociais e associação

⁵ Entrevista concedida em 5/02/2012 no bairro da Luz.

Nesse mesmo período, o projeto começou a entrar em pauta nos jornais locais e em discussões de cunho acadêmico, visto que as primeiras intervenções da prefeitura começavam acontecer, com derrubada de prédios e ações por parte da polícia militar em relação aos usuários de drogas da região. Entrando nessa onda, a associação cria um canal na internet, o blog Apropriação da Luz, como ferramenta de divulgação e promoção da associação, objetivando aumentar a força política de suas ações e denunciar as irregularidades do projeto Nova Luz. A página virtual realmente aumentou sua visibilidade, levando a associação Amoaluz a falar em jornais, eventos acadêmicos e produções audiovisuais independentes.

Interessante observar que os meios de comunicação, desde o início da mobilização, foram – e ainda são – um grande instrumento para a associação. Através do blog e de canais alternativos da web, detalhados mais adiante neste trabalho, a associação “posta” vídeos de mobilizações e audiências públicas, organiza discussões com estudiosos e profissionais da área, a fim de informar sobre aspectos das renovações urbanas e direitos da sociedade civil. Criando uma resistência política e cultural através da comunicação.

Com o andamento das mobilizações, as aparições em programas e as polêmicas cada vez mais latentes em volta do projeto, as reuniões do movimento começaram a receber cada vez mais pessoas, fazendo com que a associação tomasse uma decisão importante para o desenrolar de suas atividades, modificar o local das reuniões, que passaram a ocorrer dentro da ocupação Mauá.

A ocupação Mauá se trata de um prédio, ocioso até 2007, que serve de base de luta do movimento social em torno das questões de habitação social no centro de São Paulo, o MSTs. É interessante observar que a essa ação da associação marca o início do rompimento das barreiras sociais, já que moradores e comerciantes que jamais haviam visitado uma ocupação passam a enfrentar esse preconceito. Esse cenário aumenta o diálogo entre os moradores das ocupações e o restante da população do centro.

A ida para a ocupação Mauá, trouxe alguns aspectos importantes a serem destacados. No começo das mobilizações, quando as reuniões ocorriam em menor número de pessoas, elas aconteciam de forma mais horizontalizada, com cadeiras em círculos e maior tempo de abertura para as falas. Com o aumento de adeptos

nos encontros, as reuniões passaram a ocorrer de maneira mais representativa. Representantes dos movimentos sociais e das associações detinham o maior tempo de fala e conduziam as reuniões. A própria associação Amoaluz passou a possuir uma presidente com função de conduzir as reuniões e representar a associação em todos os eventos e entrevistas.

Nesse momento é impossível compreender quantas pessoas fazem parte da associação Amoaluz, visto que muitas que passaram a frequentar as reuniões eram militantes do MSTs, sem qualquer vínculo com a associação e que estavam ali para debater a questão da moradia dentro do projeto de requalificação, assim como os comerciantes que vinham representando sua associação, com o intuito de trazer para a discussão, as questões em torno as áreas comerciais do bairro. Importante ressaltar que esse interesse por parte dos membros do MSTs e por parte da associação de comerciantes em fazer parte das reuniões da Associação Amoaluz aconteceu visto que a associação conseguiu reuniões com a prefeitura, graças a exposição que a associação teve nos meios midiáticos e nos meios acadêmicos.

As reuniões com a prefeitura se deram com o objetivo de se conquistar uma maior participação da comunidade local no processo de elaboração e execução do projeto Nova Luz. Em um primeiro momento, essas reuniões consentidas pela prefeitura, foram vista como um grande passo, na tentativa de se reelaborar o Nova Luz, porém com o avanço dessas reuniões a associação e o grupo que se formou em volta dela, percebeu que tais reuniões em nada ajudavam no processo de transformar o processo de requalificação do centro em um processo participativo. Assim, com ajuda de outros movimentos sociais da região e com a assessoria da comunidade acadêmica, a associação apresentou uma carta à Secretaria Municipal de Habitação, com o objetivo de se criar um conselho gestor dentro da área demarcada pelo Nova Luz.

A partir dessa carta e com uma pressão social, realizada por parte da associação e dos movimentos envolvidos no processo de elaboração da proposta de formação do conselho gestor, um conselho gestor de Zeis 3, do projeto NovaLuz foi fundado em junho de 2011, esse foi o primeiro conselho fundado no país para debater moradias já urbanizadas.

O Conselho foi elaborado com base na legislação correspondente à formação dos Conselhos e no conselho gestor já existente, o Conselho Municipal de Habitação de São Paulo, bem como, de acordo com o Plano Diretor (Lei 13.430 de 13 de setembro de 2002) e Decreto nº 45.127, que dispõe sobre as ZEIS e seus Planos de Urbanização. Este Conselho Municipal é constituído por um Conselho tripartite, formado por: Representantes do poder público, Representantes de entidades comunitárias e de organização popular, Representantes da sociedade civil, formado por moradores da região do projeto Nova Luz.

O conselho buscou dialogar e trazer temas ao projeto no que tange questões ligadas a qualidade de vida, equilíbrio, otimização dos espaços públicos e sustentabilidade. Trata-se de um mecanismo democrático que, desde sua formação, vem encontrando resistências dos órgãos públicos, causadas pela falta de inclusão e transparência em todo o projeto de construção e execução do projeto Nova Luz.

Um fato interessante observado, no que tange aos interesses dentro da associação, é que antes da criação dos conselhos, seus membros eram divergentes. Comerciantes, moradores e representantes de movimentos de habitação não eram unificados, e cada categoria defendia propostas e ideias próprias. Por esse motivo, notava-se até mesmo um distanciamento dos grupos dentro das próprias reuniões da associação. Com a criação do conselho, houve uma aproximação dessas classes, criando um elo entre todos os envolvidos.

Outro ponto interessante é a crescente importância que a associação afirmou de se utilizar da comunicação para fortalecer vitórias e continuar os diálogos e discussões sobre o centro de São Paulo. A associação criou um novo canal de comunicação na internet. Agora, além do blog Apropriação da Luz, a associação Amoaluz criou uma TvWeb - Apropriação Da Luz, em parceria com o coletivo Casa Fora do eixo, e com o grupo de teatro Cia Pessoal do Faroleste. A TvWeb tem programas que visam interagir com as ações propositivas que já acontecem no bairro e dar espaço aos protagonistas dessas ações em prol da região central. Além disso, discute saídas para a requalificação do espaço do centro. Os programas são transmitidos ao vivo por sites, blogs e redes sociais na internet e contam com a participação de pessoas ao vivo, com convite aberto no blog da associação e também com perguntas e colocações de internautas através das redes sociais. Isso

mostra que parte da força da associação se deu pelos mecanismos que as novas tecnologias vêm oferecendo para movimentos sociais contemporâneos.

Com o decorrer do conselho e a mudança de gestão da prefeitura de São Paulo, a associação conquistou vitórias importantes. A primeira e mais importante foi a decisão da justiça que ordena a prefeitura de São Paulo a refazer o projeto Nova Luz. Tal ordem levou o então prefeito de São Paulo, Fernando Haddad, eleito em outubro de 2012, a engavetar o projeto, e elaborar um projeto de escala e impactos menores para o bairro. Outras vitórias vieram na posição que a associação ganhou através de seus porta-vozes em discussões dentro dos órgãos públicos de São Paulo, como por exemplo, a discussão da revisão plano diretor.

A nova gestão da prefeitura de São Paulo organizou reuniões com diversos movimentos de moradia da cidade, inclusive com o movimento Amoaluz. A primeira reunião, no dia 05 de fevereiro de 2013, contou com a presença de 23 representantes de diversos movimentos organizados para debater moradia na cidade de SP nas mais diversas regiões, como: zona sul, zona leste, centro, zona oeste, entre outros. As entidades foram ouvidas e as questões levantadas foram discutidas. O Amoaluz, representado por atores ativos da associação, apresentou alguns pontos para debater e ser incluído como pauta na revisão: sobre as operações urbanas, os projetos urbanísticos na cidade, a lei da concessão urbanística (onde se enquadra o NovaLuz), as PPP (parcerias público/ privado) e mais transparência no momento de execução dos projetos.

Com o lançamento da proposta da Parceria Público Privada, formulada por empresas privadas para a Agência “Casa Paulista” do governo do Estado, que recentemente contou com a adesão da Prefeitura para a produção de 20 mil unidades habitacionais na área central do Município de São Paulo, a associação Amoaluz, juntamente com outros movimentos populares, setores da administração pública e centros de estudos ligados a universidades, elaboraram uma carta aberta alegando preocupação quanto à elaboração do plano e a falta de participações democráticas no processo de elaboração e execução do plano.

Atualmente, as reuniões da associação não estão ocorrendo. Percebe-se um distanciamento de alguns atores sociais que se envolveram na rede criada pela associação em decorrência do engavetamento do projeto.

Em reuniões entre a pesquisadora e representantes do movimento, percebeu-se que a associação ganhou força e adesão com o avanço das atividades da prefeitura da cidade de São Paulo, no que se referia a implantação do projeto Nova Luz, com a interrupção das atividades por parte do atual prefeito, Fernando Haddad, a associação começou a perder força, com reuniões cada vez mais esvaziadas.

No início do engavetamento do Nova Luz, as reuniões ainda apresentavam um número considerável de participantes, entre 200 a 300 pessoas, ainda se discutia questões ligadas a revitalização do centro e os projetos agora propostos pela prefeitura como a PPP, já citada acima, porém com o avanço do tempo percebe-se que as reuniões que acontecem dentro da ocupação Mauá, voltaram a ter características tradicionais, com pautas dos Movimentos sem tetos e praticamente sem a participação dos atores de fora da ocupação.

Até mesmos os canais de comunicação da associação perderam força, o blog que passou a raramente receber publicações, teve sua última publicação no ano passado, mesma época em que ocorreu a última Tv Web, projeto que o Amoaluz realizou juntamente com o coletivo Fora do eixo.

Ficando nítido que com o engavetamento do projeto, a associação perdeu força política, ocorrendo um esvaziamento de ações e de atores.

Os atores do Amoaluz

A Associação Amoaluz se intitula, associação de moradores e amigos da Santa Efigênia e da Luz, que apesar de receber e interagir com militantes de várias bandeiras do centro da cidade, é formado por um pequeno grupo de pessoas.

O Amoaluz, é formado por moradores do bairro, sejam moradores com suas casas próprias, moradores de ocupações e comerciantes. Uma parte desses moradores que acabaram por se envolver com a associação não possuía qualquer envolvimento com os movimentos de moradias e Ongs presentes no centro, como o caso da moradora G. C., proprietária de um imóvel de classe baixa, localizado em um dos prédios tombados do centro de São Paulo. Além dessa moradora, é notável a participação de mais outros dois proprietários de imóveis em prédios de classe baixa da região.

Ao serem indagados do motivo de se envolverem politicamente com a associação Amoaluz os moradores apresentaram as mesmas preocupações em torno do projeto Nova Luz.

Estou me sentindo como se eu tivesse uma faca em minha garganta. Estamos nos sentindo como se fossemos marginalizados.” G.C proprietária e moradora do bairro da Luz.⁶

A fala acima reflete a forma como a falta de comunicação da prefeitura da cidade e o governo estadual com os moradores da região central da cidade, trouxeram para esses moradores e comerciantes medos e preocupações que concerne o futuro de suas casas e comércios na região.

Pela Lei, se você for ler a lei, eu não tenho garantias de permanecer dentro do apartamento mesmo ele tombado, porque é uma área de revitalização. Revitalizar é, eles vão mudar a estrutura do quarteirão, a função do quarteirão, o comercio do quarteirão, as moradias dos quarteirões, e eu não onde vou ficar, como eu vou ficar. G.C proprietária moradora do bairro da Luz.⁷

Essa situação de incerteza, estimulou os moradores a trabalharem em prol seus direitos. Assim, surge o AmoaLuz, nascido no interior do bairro, a associação se caracteriza por ser uma rede de atores sociais interligados há um objetivo comum, barrar o projeto Nova luz e conquistar uma renovação urbana para a região que não seja elaborada para fins da especulação imobiliária.

As idas ao bairro, as reuniões da associação e as observações de seu cotidiano, foram realizadas também no sentido de identificar quem eram essas pessoas que para atingir seus objetivos, se propuseram a criar diálogos e convivências com outros indivíduos que até então não faziam parte de seu convívio político e social dentro do bairro.

As idas ao bairro mostraram um esforço por parte de um pequeno grupo de moradores e comerciantes de fortalecer a associação politicamente, para assim “ganharem voz” dentro do processo de planejamento e implementação do projeto Nova Luz. Dentro desse processo vimos emergir em alguns participantes da associação um senso crítico e uma consciência política como colocado pela presidente da associação.

⁶ Entrevista concedida em 8/2/2012, no bairro da Luz.

⁷ Entrevista concedida em 8/2/2012, no bairro da Luz.

Eu sempre falo que eu sai do armário social e comecei a exercer minha cidadania. Não estava nem ai para o meu bairro , mas chega uma hora, que você é tão massacrado moralmente, que você mora no meio do tráfico, que você mora perto da bandidagem, nossa eu era motivo de chacota na escola, por causa do lugar onde eu morava, Para mim esse movimento todo é quase uma libertação pessoal. P.R Moradora do Bairro da Luz e presidente da Amoaluz.⁸

Esse movimento de consciência política acabou por alargar os diálogos entre a variada gama de moradores e proprietários da região central e por conta disso vemos a adesão por parte dos militantes do movimento Sem-Teto e a ideia de realizar as reuniões do Amoaluz dentro da ocupação Mauá.

Assim, se observou que a gama de atores sociais que aderiram ao Amoaluz foi se diversificando, o que víamos nesse momento nas reuniões eram moradores, comerciantes, militantes, professores, arquitetos, estudantes.

Conforme a associação ia alcançando espaços de discussão nas mídias, mais pessoas iam se aproximando da associação. Sempre levantando a mesma questão, via-se que a associação delimitou suas ações a um único objetivo comum.

Não é que não queremos melhorias para o bairro, sim queremos, mas agora que o bairro vai melhorar porque eu tenho que sair daqui. P.R Moradora do Bairro da Luz e presidente da associação Amoaluz⁹

A Fala dessa moradora se perpetuava nas falas dos demais entrevistados no bairro, as incertezas decorrentes da total falta de comunicação da prefeitura da cidade de São Paulo fizeram com que esses moradores, que até então não possuíam qualquer relação com os movimentos sociais do centro, se tornassem atores dentro da associação aqui estudada.

A consolidação da pauta sobre moradia e sobre permanência se consolidou como bandeiro de luta da associação, com aproximação dos atores da associação com atores presentes no Movimentos Sem-teto. Os coordenadores do MST ao participarem das reuniões promovidas pela associação acrescentaram sua agenda de luta já tradicional, aos debates e construções de demandas da associação, como dito por uma das atoras da associação:

Mauá continua sendo moradia de baixa renda sim! P. R moradora e membro da associação Amoaluz¹⁰

⁸ Entrevista concedida em 10/6/2012, no bairro da Luz.

⁹ Entrevista concedida em 10/6/2012, no bairro da Luz.

Isso pelo fato de que no projeto Nova Luz, a ocupação Mauá seria demolida para a construção de um centro de entretenimento. Assim, o MST desde seus primeiros contatos com o projeto, já criaram uma agenda em que colocava como objetivo central a inclusão de habitações sociais dentro do projeto de revitalização Nova Luz acabaram por fortalecer as propostas da associação.

Estamos encravados no meio do bairro da Luz, como a prefeitura não enxerga a Mauá, não só a Mauá como muitas ocupações que existem nesse bairro, queremos ser incluídos sim! I. A Moradora da ocupação Mauá e participante do MST

Outro aspecto da associação é a contribuição de arquitetos e acadêmicos presentes nas universidades paulista que entraram como apoio a associação, pois ao observarem e estudarem o projeto Nova Luz, observaram inúmeras irregularidades tanto no que diz respeito ao desenho urbano, quanto no que diz respeito a sua implantação. Assim a preocupação desses profissionais, era que se o projeto Nova Luz fosse executado como foi proposto poderia causar danos urbanos e sociais em todas as regiões da cidade, como citado abaixo na fala:

Tanto o projeto, quanto a lei que lhe dá suporte são problemáticos e se passarem na Nova Luz, vão passar na cidade inteira. S.G. Arquiteta e Urbanista, apoio da associação AmoaLuz¹¹

Os comerciantes locais apresentaram posturas diferenciadas quanto ao ingresso e adesão a AmoaLuz, apesar de receosos com o desenvolvimento do Nova Luz, como a fala descrita abaixo, se colocaram em colaboração com a associação, porém sem aderirem a sua pauta de reivindicações como um todo.

Nunca tivemos nada, eu, meus pais, minhas primas, nada. Nunca ninguém chegou e falou o que você está precisando, ou como você vê esse projeto. E de repente do nada a gente ouve que vai cair. A paranoia é essa vai cair, Senhor Kassab está com um projeto que vai cair a Santa Efigênia. Como assim vai cair? Baseado em que vai cair? A gente fica sabendo que ele aprovou uma Lei que a gente é obrigada a vender nosso imóvel, nosso patrimônio conseguido durante um século para uma empresa privada. E. O comerciante da Santa Efigênia, possui com o pai uma loja de eletrônicos.¹²

Estamos com nossos advogados na justiça para barrar esse projeto, do nada ouvimos que tudo ia cair, queremos o fim desse projeto e elaboração de um novo. P. G Membro da Associação de comerciantes da Santa Efigênia

¹⁰ Entrevista concedida em 10/6/2012, no bairro da Luz.

¹¹ Entrevista concedida ao coletivo fora do eixo.

¹² Entrevista concedida em 10/6/2012, no bairro da Luz.

Como já mencionado acima, os comerciantes apesar de colaborarem com a Amoaluz, agiram por conta própria, visto que possuem uma tradicional e forte associação de comerciantes locais, como também pelo fato de possuírem posturas quanto as formas de mobilização distintas de outros segmentos ligados ao Amoaluz, por exemplo o movimento sem-teto e seus métodos de pressão política. Eles com o início das intervenções em razão do projeto, iniciaram lutas judiciais para a suspensão do Nova Luz, e passaram a ser modelo de postura jurídica a ser adotada por outras associações e movimentos que com eles mantinham contato graças ao intercâmbio produzido pelo Amoaluz.

Por possuir uma variedade de atores, a associação que se formou possui uma diversidade de agendas e demandas. Os comerciantes pediam o fim desse projeto como apresentado e a elaboração de um novo, os moradores possuíam uma posição de se minimizar os impactos sociais e os movimentos sociais principalmente os ligados às questões de habitação, era o de ganhar habitações dentro do projeto. Enfim, várias demandas decorrentes de vários atores que se articularam, gerando a associação e assim formando uma frente de ação política no processo de planejamento do centro da cidade. Porém trazendo a ressalva, em que se questiona o caráter de solidariedade tão acentuado pelos representantes da Amoaluz, mas que se colocou em cheque, visto que cada grupo se colocou como colaborador, mas estava ali para defender seus interesses próprios.

As Ideias e o movimento da Amoaluz

A Amoaluz, associação de moradores e amigos da Santa Ifigênia e da Luz, tem por objetivo dar voz aos moradores e comerciantes afetados pelo projeto Nova Luz.

Formada por um grupo de atores que se uniu para propor demandas a serem acrescentadas no projeto Nova Luz e assim discutindo e propondo um novo centro de São Paulo.

Por ter como base de ação a comunicação, a associação mantém redes de comunicação tanto nos meios virtuais, como blogs, redes sociais, tanto em ações

nos espaços públicos do centro a fim de se criar um canal de discussão entre os variados movimentos e associações ali presentes.

Exatamente por ter na comunicação sua principal filosofia, a associação conseguiu se fundar graças ao associativismo que surgiu entre vários moradores e representantes de associações e movimentos sociais já tradicionais no centro da cidade de São Paulo.

A associação nasceu a partir do movimento de duas moradoras do bairro, que ao sair as ruas com megafones e explicações sobre o projeto Nova Luz e suas implicações sociais, foram conquistando espaços nas discussões políticas que ocorriam principalmente na região central da cidade. Consequentemente, o número de participante nas reuniões foi aumentando assim, houve a necessidade política e jurídica de que uma associação.

A associação Amoaluz nasce em reunião ocorrida no mês de fevereiro de 2010, com demandas e propostas variadas, a associação foi recebendo ideias e construindo propostas para a construção de um projeto de revitalização.

Com o avanço das discussões que a associação promovia um elo entre atores historicamente afastados. Moradores, representantes de movimentos e de associações se dispuseram a dialogar, conhecer posições contrárias, um movimento que ocorreu de forma natural dentro do objetivo maior que era o de barrar o projeto Nova Luz.

Com o decorrer das intervenções que a associação realizava e as aparições em espaços de discussões sobre o tema, tanto nas universidades, quanto nos espaços da mídia, a associação conquistou uma primeira reunião com a prefeitura para tratar sobre o projeto Nova Luz no dia 24 de março de 2011, nessa reunião a associação apresentou suas insatisfações quanto ao processo participativo no projeto Nova Luz adotado pela prefeitura, como também apresentou propostas para tal.¹³

Com essa primeira reunião a associação ganhou um estímulo a mais, novas reuniões, novos debates foram realizados e como resultado veio à proposta de

¹³ Ata da reunião já apresentada em texto acima.

criação de um conselho gestor para a região, assim a proposta para a criação foi feita e encaminhada para a prefeitura.

A partir de pressões políticas como as realizadas acima, a associação juntamente com outras entidades da cidade de São Paulo, conquistaram a fundação do conselho gestor do projeto Nova Luz, contando com oito cadeiras da sociedade civil e oito do poder público, esse conselho foi criado para debater moradia de áreas já urbanizadas que constavam dentro projeto.

Com a criação do conselho, as reuniões da associação dentro da ocupação Mauá, começaram a ocorrer de maneira mais intensificada, a cada data de agendada para ocorrer uma reunião do conselho gestor, uma série de reuniões da associação ocorriam, com o intuito de se atualizarem sobre a situação do projeto Nova Luz, organizarem suas demandas e reivindicações.

Era nítido que a comunicação, a solidariedade, a alteridade entre os diferentes atores ali presente iam se intensificando. A consciência de que para conseguir barrar o projeto que afetaria a todos, era necessário um intercâmbio de todos ficava cada vez mais evidente.

O medo e as incertezas ao longo de todo o processo foram essenciais na manutenção da comunicação, via-se moradores, comerciantes, inquilinos, proprietários, tomando cada vez mais consciência de seus direitos como tais e como cidadãos, tornando-os assim atores participantes dessa nova associação de moradores.

Foram dois anos de intervenções, ações políticas em espaços públicos e virtuais, embates e discussões em reuniões da prefeitura e do conselho gestor.

Com as eleições, mais uma esperança se ascendeu nos atores ali presentes. O então candidato Fernando Haddad esteve no dia 26 de abril de 2012, no bairro da Santa Ifigênia conversando com a população a respeito do projeto Nova Luz, ali ele escutou os medos, as demandas e reivindicações.

Todo esse processo de pressão e ação política juntamente com a entrada do atual prefeito Fernando Haddad a frente da administração na prefeitura de São

Paulo, traz uma importante vitória a associação, o projeto Nova Luz é engavetado e um novo projeto começa a ser pensado para o centro da cidade.

Esse episódio acarreta um interessante movimento dentro da associação, com seu principal objetivo alcançado, a associação começa a perder expressão política dentro dos movimentos e associações tradicionais da região central.

Notasse uma diminuição contínua de intervenções físicas e virtuais comandadas pelo Amoaluz, a peculiar rede de diversos atores começa a se enfraquecer. Começa a ocorrer um refluxo desses atores para suas associações e movimentos de origem, diálogos até então estreitados começam a sofrer um novo distanciamento.

O que deixa em evidência que a rede de atores que se formou nesse contexto estudado, tinha um objetivo único, barrar o projeto Nova Luz, assim com tal objetivo alcançado a associação perdeu significado, praticamente desaparecendo no que tange uma força política dentro do centro de São Paulo.

Se existe algum legado deixado por essa movimentação política, talvez seja a consciência do poder político que os atores passaram a ter. Vemos que mesmo não apresentando alianças consolidadas, é nítido um forte sentimento de alteridade e respeito entre a gama de atores presentes do centro da cidade.

Porém, o fato é que a associação hoje apenas existe no papel, o que coloca em discussão os efeitos a longo prazo que essas ações possam trazer a essa comunidade.

O caso da associação Amoaluz.

O autor Castell (1999) mostrou que a sociedade contemporânea passa por uma reconfiguração de suas estruturas sociais, sendo que essa reconfiguração ele denominou de era da informação, um novo movimento histórico em que as relações sociais se estabelecem através da informação e do processamento de conhecimento. Assim, o mundo apresenta um novo quadro de associativismo nas sociedades civis bastante diferenciado quando comparado com o que predominou nas décadas de 1980 e 1990.

A revolução das tecnologias da informação levou a uma nova morfologia social de nossas sociedades. A lógica de redes de comunicação e interação sociais modificaram de forma substancial as interações e experiências adquiridas nos contextos sociais e políticos contemporâneos.

Nesse movimento de busca de novos meios de associativismo dentro da nova lógica social, surge um novo modelo de mobilizações políticas que tendem a se estruturar em forma de redes de militância, que trabalham com uma estratégia de construção de significados políticos e culturais comuns, tendo em vista interferências nas políticas públicas ou na produção de mudanças nas esferas culturais, políticas e sociais.

Assim, o que nos interessa analisar é como ocorre o equilíbrio entre todos esses múltiplos elos das redes e de que forma elas promovem a autonomia de seus atores, principalmente os que formam seu “público alvo”, a população excluída.

Nas palavras de Scherer-Warren (2011 pg.111), ” [...] As redes, assim como qualquer relação social, estão sempre impregnadas pelo poder, pelo conflito, bem como pelas possibilidades de solidariedade, de reciprocidade e de compartilhamento.

As redes, através de suas ações e mobilizações coletivas, acabam por promover aos seus atores mecanismos democráticos de participação nos interiores delas mesmas, como o reconhecimento das diversidades de seus atores e o pluralismo de ideias, criando novas formas de sociabilidade em seu próprio interior, desdobrando-se em um trabalho de mediação social baseado em três orientações político-pedagógicas:

1. Atuando no sentido de resgatar a dignidade dos atores socialmente excluídos, pois sem a desconstrução das criminalizações introjetadas nos atores não há motivação para lutar por seus direitos.
2. Promover ações coletivas entre a pluralidade de atores existentes dentro das redes, a fim de criar mecanismos de solidariedade social, de cooperação e de confiança, construindo uma nova ética social dentro da rede.

3. Trocas de experiências com outras redes, formando redes de redes. Para, assim, se caminhar na direção de uma legítima rede de movimentos sociais.

Preparar os sujeitos para se tornarem atores nessa nova forma de associativismo requer a participação em diversos espaços públicos, tais como: participações em conselhos gestores municipais e representatividade em conferências nacionais e internacionais de iniciativas governamentais e acadêmicas em parceria com a sociedade civil organizada.

Conforme Scherer-Warren (2011), os espaços de mobilizações locais e de reuniões internas das redes são o que consolidam as identidades coletivas, com o intuito de se reforçar o sentimento de pertencimento e os projetos que dão continuidade e significação aos movimentos. Portanto, são nesses espaços que são construídos os alicerces políticos e simbólicos dos movimentos. Eles veem nos fóruns da sociedade civil o local de apresentar e reconstruir suas propostas para transformação social e de negociação com o Estado e o mercado. Essas parcerias entre sociedade civil, Estado e mercado são os espaços, teoricamente, em que propostas são encaminhadas pela sociedade civil para uma nova governança junto à esfera estatal. Tratar-se-ia, portanto, de uma solução para que as políticas públicas sejam influenciadas pela sociedade civil, porém isso depende das convergências entre as redes de movimentos sociais, o mercado e o Estado na promoção dos direitos civis, bem como na efetiva democratização do interior das redes de movimentos.

O centro de São Paulo, seguindo essa tendência contemporânea, apresentou mobilizações estruturadas por interações entre seus atores sociais, que desencadeou na associação Amoaluz.

A associação foi construída por mobilizações com participações amplas de variados atores sociais, assim consolidando-a como uma rede associativa de sujeitos coletivos múltiplos. Ao se configurar em formato de rede de movimentos e associações da região central de São Paulo, ela se propôs a ser um movimento horizontalizado, sem hierarquizações sociais e políticas, buscando construir ações múltiplas e demandas diversificadas para atender a todos os atores envolvidos.

Ao analisar a origem da associação que se deu graças a tentativa de implementação do projeto Nova Luz, vimos que o movimento de resistência política vai ao encontro das teorias que o sociólogo Alain Touraine, já destacava dentro das teorias dos movimentos sociais.

Para o autor, o ator social se constitui a partir da consciência e resistência que o sujeito estabelece a partir de uma determinada situação que fere seus direitos constituídos através das leis que rege o país. Ainda para o autor, essa consciência sobre seus direitos e consolidação de suas posturas políticas é realizado através de uma experiência coletiva, em que os atores através de interações e trocas de informações desencadeiam ações emancipatórias capazes de transformar as realidades existentes.

Pensando dentro do contexto estudado por esse trabalho, vimos que a forma como o projeto NovaLuz se colocou como uma ameaça maior do que todo sistema social já estabelecido dentro do bairro serviu de estímulo para uma maior integração e comunicação entre os sujeitos, assim colocando como maior objetivo da associação travar um conflito político com a prefeitura de São Paulo, a fim de se buscar a criação de espaços políticos dentro das esferas institucionais já existentes, como no caso dos conselhos gestores, buscando planos mais democráticos de melhoria do centro.

Outro aspecto observado foi a implementação de discursos por parte dos participantes que se assimila a lógica empregada nos conceitos desenvolvidos de redes de movimentos sociais e novos movimentos sociais. Vimos a tentativa de implementação das diretrizes pedagógicas citadas acima, com a finalidade de se criar um movimento de cooperação, pois foi visível que para a associação se manter era necessário a solidificação de uma rede de interação entre atores e movimentos distintos, como os comerciantes e o MST.

Porém, é notável a dificuldade de se criar elos e cooperações entre sujeitos com pensamentos e ações político-sociais distintas. Era função quase que permanente da associação reafirmar uma identidade comum a todos. Nesse aspecto, identificou-se a importância do deslocamento das reuniões, realizadas em um imóvel particular no bairro da Luz, para dentro da ocupação Mauá, essa considerada um símbolo da luta dos movimentos sociais urbanos do centro de São

Paulo. Mais do que uma saída para a necessidade de maior espaço físico para as reuniões da associação, a ocupação, com toda sua carga histórica de luta e resistência política, passou a ser usada na fala de alguns representantes como reflexo e modelo para o aprofundamento das relações entre os diferentes sujeitos ali presentes. Isso foi essencial para a construção e manutenção do elo de cooperação entre os atores envolvidos e conseqüentemente para a continuidade da associação.

As reuniões do AmoaLuz, ao serem passadas para dentro da ocupação Mauá, alcançaram assim um maior contingente de atores presentes na região central de São Paulo, mas acabaram por esbarrar na dificuldade de permanecer com as dinâmicas mais horizontalizadas dentro das reuniões e da própria estrutura da associação. A maior parte dos participantes nas reuniões já pertencia a outras associações e movimentos, isso dificultou o ideal de horizontalidade, pois como se tratavam de atores sociais que já vinham de movimentos ou associações que possui uma estrutura hierarquizada, essa mesma forma se transpassou para as sociabilidades de dentro da associação. Era clara a necessidade de representantes à frente em reuniões, trazendo questões, buscando esclarecimentos, apaziguando conflitos, além de agirem como portas vozes dos diferentes grupos sociais e políticos presentes (Mazarini, 2014).

Apesar de possuírem características similares as apresentadas nas teorias dos novos movimentos sociais, como a construção de demandas e pautas políticas em forma de redes sociopolíticas e culturais, apresentando também como ponto central de suas ações a indignação seja com as instâncias governamentais ou com suas ações e também atuando no sentido de promover uma “repolitização” dos movimentos já existentes, o que se vê na realidade apresentada é uma subestimação desses valores, porém sem qualquer base fixa para a implementação desse projeto de movimentos.

Touraine (1994; 2006), buscou identificar nesses movimentos sociais um novo ator capaz de restituir a totalidade social, abrindo caminho para resoluções políticas e sociais de uma maneira coletiva e contemplativa. Carvalho (1998) mostrava que era na cidade que os sujeitos encontravam um novo território para a reconstrução de uma vida coletiva, estabelecendo critérios e normas de convivência social, criando

as possibilidades de ocupação dos espaços e os transformando em lugares de transformação de sujeitos em atores sociais.

Porém a fragilidade política apresentada pela associação, visto que com o engavetamento do projeto os diferentes atores que contribuíam com o Amoaluz voltaram a atuar apenas nas associações e movimentos sociais de origem, as reuniões cessaram e toda a construção de canais de diálogos entre os atores deixaram de existir, demonstra que cidade poderia ser sim esse espaço de consolidações de novos modelos de movimentos políticos, porém é nela que vemos emergir uma nova morfologia social que nomeada pelo sociólogo Zygmunt Bauman (2001) como líquida, vai interferir na consolidação desse novo modelo de movimento social.

Para o autor, a sociedade contemporânea vem passando por uma séria de transformações que atingem todas as suas esferas, trazendo transformações para toda a morfologia social. Tais alterações, segundo o autor, faz com que as esferas sociais percam sua solidez e se tornem fluidas, líquidas.

Assim, vivemos um novo tempo de desapegos, de processos sociais e políticos provisórios e de individualização extrema. Nesse contexto, os relacionamentos com os outros se tornam frágeis pois o que se valoriza são os aspectos das vidas particulares.

Dentro desse raciocínio, o autor revela que é nos espaços da cidade que se reflete o fim da era do engajamento mútuo, vemos o enfraquecimento dos espaços públicos, e uma valorização dos espaços privados que acaba por propulsar uma vitória da fragmentação dos sujeitos *versus* movimentos cooperativos de mobilização social.

A fragmentação dos atores presente na sociedade contemporânea, resultado das transformações das cidades em espaços fechado e murados, em que torna o espaço público não mais uma espaço do ideal moderno de universalidade, mas que ao contrário promove a separação, a exclusão, reforçando a ideia de que grupos sociais devem viver em enclaves homogêneos, acentuando uma nova esfera pública, que expõe esses atores a uma fragilidade, na medida em que, não

consegue mais estabelecer um pensamento coletivo e cooperativo de longa duração, entre os grupos políticos presentes na sociedade atual.

Dentro dessa mesma lógica a fluidez e o imediatismo da vida quotidiana, características básicas no modelo de sociedade líquida, trazem reflexos diretos aos novos meios digitais muito utilizados não somente pela associação estudada por esse trabalho, mas difundida como um meio de mobilização política atual juntamente com uma nova forma de organização da vida social nas metrópoles contemporâneas marcada por fluxos de pessoas, mercadorias e comunicações cada vez mais rápidos, fazendo com que as identidades sejam construídas tendo como forte alicerce a mobilidade. O que leva a uma desestruturação das vivências sociais, características de sociedades líquidas, visto que essa ausência das experiências compartilhadas acaba por transformar os espaços da cidade em um “não lugar”¹⁴, onde os indivíduos estabelecem comunicações intermediadas pelas tecnologias da informação.

Essa fragmentação das experiências e o desenvolvimento desses sujeitos de identidades construídas a partir de interações digitais em sua maior parte, trazem uma temporalidade curta que acaba por reforçar essa fragilidade presente nas associações contemporâneas, refletindo o caráter não emancipatório não apenas nos novos associativos do centro de São Paulo, mas também em todo o mundo.

O reflexo disso são as inúmeras manifestações, presentes nos cenários políticos atuais, que apresentam questionamentos e soluções dentro do *status quo* existente com grande contingente de pessoas, porém com uma vida extremamente momentânea.

Assim, o que fica é o alerta visto que as políticas voltadas para a consolidação de um mercado consumidor marcado pela valorização dos aspectos privados cada dia ganham mais força e por outro lado o que vemos nas novas tendências de mobilizações política é uma fragilidade construída a partir de um processo que levou a sociedade contemporânea a aspectos de uma fluidez, que

¹⁴ Proposto pelo antropólogo Marc Augé, o conceito de não-lugar é usado para designar um espaço de passagem incapaz de dar forma a qualquer identidade, ou seja, são espaços destinados unicamente ao trânsito de pessoas sem que aja qualquer tipo de relação. (AUGÉ, 1994)

incapacita os novos movimentos sociais de construir movimentos de profunda transformação política.

REFERÊNCIAS

AUGÉ, Marc. **Não-lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade**. Campinas, Papirus, 1994.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro, Zahar, 2001.

_____. **A sociedade individualizada**. Rio de Janeiro, Zahar, 2008.

CARVALHO, Edemir de. **A sociabilidade fragmentada na metrópole contemporânea**. Araraquara, 1998.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**: Paz e Terra, 1999.

_____. **A sociedade em rede**. São Paulo, Paz e terra, 6ª edição, 2007

_____. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na internet**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

GOHN, Maria da Glória Marcondes. **Novas teorias dos movimentos sociais**. São Paulo. Edições Loyola, 2012.

_____. **Movimentos sociais no início do século XXI**. Petrópolis: Vozes, 2012.

KOWARICK, Lúcio. **A espoliação urbana**. São Paulo, Paz e Terra. 1983.

_____. (Org.). **As lutas sociais e a cidade**. São Paulo: Paz e Terra. 1994.

KOWARICK, Lúcio; MARQUES, Eduardo. (Org.). **São Paulo: novos percursos e atores**. São Paulo: 34, 2011.

MAZARINI, Ana Carolina Lirani. **Amoaluz: A associação e seus atores sociais contra uma intervenção indiferente**. Marília, 2014.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Redes de movimentos sociais**. São Paulo: Loyola, 1993.

_____. **Redes de movimentos sociais**. São Paulo: Loyola, 5ª edição, 2011.

TOURAINE, Alain. **Crítica da modernidade**. Petrópolis, Vozes, 1994.

_____. **Um novo paradigma**. Petrópolis, Vozes, 2006.